



EDITORIAL

Mesmo durante o período de férias, a direção do Sindprev-DF, esteve na luta, participando de várias atividades sindicais, inclusive contra a PEC 32 (Reforma Administrativa) e contra a PEC 186/2019, que depois de aprovada tornou-se EC 109, que prevê congelamento salarial dos servidores das três esferas. Neste Jornal, o Sindprev-DF, faz uma retrospectiva das atividades desenvolvidas pela direção. O recado ao governo foi em alto e bom som: Não aceitaremos estes ataques à categoria!

Contudo, as notícias não são boas. A serviço dos banqueiros, o Congresso Nacional, aprovou a Emenda à Constituição, EC 109, também conhecida como PEC Emergencial, de autoria do Governo Bolsonaro. Por meio de gatilhos, a proposta, inclui na Constituição, o chamado "congelamento infinito", pois nada é tão ruim, que não possa ser piorado. Os servidores que já estavam com o seu salário congelado até dezembro de 2021, agora estão com seus vencimentos congelados por tempo indeterminado. Embora tenhamos perdido essa batalha, ainda não perdemos a guerra.

Utilizando o auxílio emergencial como objeto de chantagem, o Governo Bolsonaro, retirou R\$ 150 bilhões, que poderiam ser gastos com reajustes salariais para o funcionalismo e destes, apenas R\$ 44 bilhões irão para o pagamento do benefício. O restante, não será aplicado no SUS, o que diminuiria o prejuízo da população e dos servidores, visto que estamos atravessando um período pandêmico. Mas sim, será entregue para o Sistema Financeiro. A lógica do governo é simples: Tira-se do Serviço Público que garantem direitos ao povo e entrega-se ao sistema financeiro.

Conforme já dito, paralelamente a isso, temos a PEC 32, cujos os servidores, das Três Esferas, estão no centro, com a retirada de diversos direitos, quebrando a estabilidade, ameaçando o RJU (Regime Jurídico Único) em um ataque brutal ao conjunto do funcionalismo. A direção do Sindprev-DF, participou, em conjunto com diversas outras entidades sindicais, de carreatas contra a Reforma Administrativa, que contou com centenas de carros participantes.

A direção do Sindprev-DF, seguirá acompanhando a tramitação da proposta de reforma, bem como atenta e vigilante a todos os ataques desferidos por este governo ao funcionalismo e orienta a toda a categoria a continuar acompanhando e participando no site e nas Redes Sociais do sindicato para se manter bem informada.



JUNTOS!

NA LUTA



PEC 186: COMO FUNCIONAM OS GATILHOS

PREJUÍZO AO BOLSO DOS SERVIDORES

Os gatilhos servem para que prefeitos, governadores e o Presidente da República, congelem as ditas despesas obrigatórias. Veja abaixo em quais situações pode ocorrer.

No caso da União: Relação entre despesas primárias obrigatórias e despesas primárias totais acima do limite de 95%: Presidente é autorizado a acionar diversos gatilhos de contenção das despesas. Pode não fazê-lo, mas se assim proceder, ficam impedidos de pedir empréstimos para ajustar as contas.

“(...) Em caso de elevação das despesas correntes acima do limite de 85% das receitas correntes: presidente pode acionar gatilhos por ato próprio (...)”

Em caso de elevação das despesas correntes acima do limite de 85% das receitas correntes: presidente pode acionar gatilhos por ato próprio, sendo facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-los em seus respectivos âmbitos, não havendo proibição de empréstimos caso não o faça. Esses atos deverão ser submetidos em regime de urgência ao Poder Legislativo, quando for decretado Estado de Calamidade, aprovado pelo Congresso, independentemente de as receitas e despesas estarem ajustadas ou não: mesmos gatilhos podem ser acionados, vigorando por até dois anos. No caso dos governadores e prefeitos, a lógica é a mesma.

Conforme já dito, a EC 109, atinge do ponto de vista financeiro, a servidores das três esferas. Os salários dos servidores já estão congelados, mas além disso, soma-se também o congelamento das promoções e progressões, impostos pela EC. Passam a ser vedadas ou suspensas, com o acionar dos gatilhos, as seguintes ações: concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alteração de estrutura de carreira quem ocasione aumento de despesa, admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, veda a realização de concurso público, criação ou majoração de auxílios, vantagens bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de caráter indenizatório, criação de despesa obrigatória, adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da inflação, criação ou expansão de programas e linhas de financiamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções, concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, progressão e de promoção funcional em carreira de agentes públicos, quando o respectivo interstício se encerrar no exercício financeiro.

É preciso também que se diga que, os Serviços Públicos e programas de manutenção de emprego, ficam sem verbas. O SUS também fica impactado, sem verbas para a criação de novos leitos contra a Covid-19, o salário mínimo fica sem reajuste acima da inflação, o que impede a verdadeira valorização do benefício, incentivo às privatizações, fim dos repasses ao Fundo Social do Pré-Sal para a educação, o fim, das desonerações fiscais. O fim como vemos, são inúmeros os prejuízos causados pela PEC, à nossa categoria e aos servidores como um todo.



O Sindprev-DF participou de reunião com o presidente do instituto, Leonardo Rolim, onde cobramos o fechamento das agências em razão do lockdown, a vacinação dos servidores que estão em trabalho presencial, a questão do CGNAD, para que possamos discutir a carreira do INSS e das avaliações, onde avaliamos que o governo quer impor a sua lógica sem debate e conseqüentemente, prejudicando os servidores.

Ficou acertada uma nova rodada de negociação, para discussão da CEGENAD e do processo de sucateamento dos equipamentos de trabalho dos servidores e dos assistentes sociais.

MS/CEDIDOS

No dia 14/01, diretores do Sindprev e do Sindsep, Carlos Henrique Bessa, César Henrique Melchades e Silene Leiro, estiveram presentes no gabinete do novo líder do governo do DF na Câmara Legislativa, deputado João Hermeto (MDB-DF), para protocolar a minuta do Projeto de Lei (PL), a respeito da incorporação da Pasus. Já no dia 09/02, a reunião foi com o próprio parlamentar, onde foram elaboradas estratégias de atendimento dessa demanda, como também de retorno das 30h para os servidores de posto e hospitais.



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES NO MS

No dia 25/01, a direção do Sindprev-DF e do Sindsep, esteve no MS, protocolando a pauta de reivindicações do setor, incluindo o pagamento da insalubridade para os servidores de postos e hospitais e a resolução de problemas relacionados ao pagamento da Indenização de Campo.



APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Já no dia 22/02, acompanhados do diretor João Torquato, os dirigentes sindicais estiveram reunidos no Ministério da Saúde, com o Coordenador de Gestão de Pessoas da pasta, Ademir Lapa. Na pauta, o problema dos servidores do órgão que estão sendo aposentados por invalidez e contra a sua vontade. Na oportunidade, o coordenador informou que os servidores que foram aposentados podem recorrer administrativamente. E que neste recurso, é importante ter o laudo do médico particular, informando que o servidor se encontra apto ao trabalho. Além das ações políticas, o sindicato busca viabilizar ações jurídicas para a completa resolução do problema, caso seja necessário. O Sindprev-DF, tem tomados várias medidas com o intuito de resolver esta demanda, como inclusive, medidas jurídicas. (ver nota jurídica na pág. 4).

A direção do Sindprev-DF, segue vigilante na resolução de todas essas demandas apresentadas, e recomenda aos servidores envolvidos, que se mantenham informados através dos diretores, do site do sindicato e das nossas redes sociais.

“(...) Na oportunidade, o coordenador informou que os servidores que foram aposentados podem recorrer administrativamente (...)”.



NOTA SINDPREV LAUDO MÉDICO



O Sindprev-DF informa aos filiados que estão sendo submetidos à perícia médica do Ministério da Saúde, e que estão sendo remetidos para aposentadoria por invalidez, que procurem imediatamente o Departamento Jurídico do sindicato para orientação.

A situação teve início em janeiro de 2021, quando alguns servidores que necessitavam passar pela junta médica para retornarem ao trabalho estavam sendo classificados como inaptos para retornarem às atividades, dessa forma, é de conhecimento da entidade que o médico perito ainda está recomendando a aposentadoria por invalidez de alguns servidores que ainda têm capacidade laborativa.

O sindicato orienta aos servidores que se enquadrem em tal situação, que solicitem imediatamente a revisão do ato junto ao órgão para que possam ser submetidos à uma nova perícia médica.

O SindPrev/DF, por meio de seu Departamento Jurídico, coloca-se à disposição de seus filiados para dirimir quaisquer dúvidas sobre o assunto, sendo possível entrar em contato através do número (61) 3704-7200.

APOSENTADORIA DOS SERVIDORES

O Governo Bolsonaro editou o decreto 10.620/21, que centraliza a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões, das autarquias, fundações e do próprio no INSS, através da CEAB/RPPS. Significa que embora os servidores estatutários, permaneçam no mesmo regime, toda a manutenção e operacionalização dos serviços.



Os servidores da Administração Direta, permanecerão atendidos através do SIPEC. A pretexto de economizar, o governo busca, na realidade, a privatização da previdência objetivando implantar o Regime de Capitalização, como já era a intenção de Paulo Guedes, quando apresentou na PEC 06/2019, derrotada no Congresso Nacional. Ou seja, este Decreto é mais uma medida complementar a Reforma Administrativa.

É preciso que os servidores percebam que a verdadeira intenção do Governo com a edição deste Decreto é dificultar o acesso referente aos serviços a serem prestados, uma vez que não houve nenhuma comunicação informando destas mudanças.



»»»»»»»»»» VILMA RAMOS - CONAD
1197 VOTOS

1º LUGAR

Agradeço de coração a todos e todas
que se empenharam para que esse
resultado fosse possível.
Muito obrigada!



ELEIÇÕES GEAP

As eleições ocorreram do dia 13 a 19 de março e a direção do Sindprev-DF, apoiou a candidata vencedora, Vilma Ramos, que obteve 1.197 votos válidos, sendo a candidata mais votada do Brasil para o órgão máximo de deliberação e orientação estratégica do citado plano de saúde.

A divulgação pela Comissão Eleitoral do resultado seria no dia 25/03. Contudo está suspenso, por decisão judicial.

